TB-BA Presidente apresentou o plano de gestão para o biênio 2018-2019

'Não jogarei nada debaixo do tapete', diz Gesivaldo

REGINA BOCHICCHIO

Em uma tentativa de colar à Justiça baiana – apontada no passado como das menos produtivas no país pelo Con-selho Nacional de Justiça (CNI) – a imagem de trans-parência e eficiência, o pre-sidente do Tribunal de Jus-tiça (TJ-BA), Gesivaldo Britto, em coletiva à impressa onem coletiva à imprensa, on-tem, prometeu "não jogar tem, prometeu "não jogar nada para debaixo do tapete" nesta gestão, colocar em
pauta, "o mais rápido possivel", o julgamento do processo do IPTU contra a Prefeitura de Salvador, que tramita no TJ há quase quatro
anos, e abrir concurso público para juízes, a fim de
melhorar a prestação de serviços no 1º Grau.

Ao mesmo tempo, Gesivaldo defendeu o auxilio-mo-

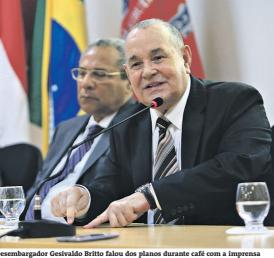
do defendeu o auxílio-mo-radia aos pares, lei que está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF), ao citar que servidores do Legis-lativo e do Executivo também recebem o benefício, sendo este último poder,

Em uma tentativa de colar à Nas prioridades está o processo do IPTU contra a prefeitura de Salvador, ainda sem julgamento

> agraciado com quase o dobro do valor — que é de R\$ 4,3 mil [leia ao lado].

Gesivaldo falou com a im-prensa após inauguração do salão nobre da Unicorp (Monte Serrat), restaurado, e explanação de técnicos sobre os planos de inovação, transparência e eficiência que pretende executar e dei-xar como marca da administração no biênio 2018-2019.

O desembargador disse que pretende administrar "sem subterfúgio, sem es-



conder nada", e que "se algo está errado, tem que mudar

O presidente disse que "tem alguma coisa errada" em um processo que tramita no TJ desde 2014, e que chega a 2018 sem ser julgado. "Eu vou chamar os desembargadores e colocar o processo dores e colocar o processo em pauta. Não posso impe-dir que ninguém peça vistas, é um direito do desembar-gador (...). Muitas vezes, o que acontece, [o desembar-gador que pede vistas] entra em férias, licença-prêmio e nessa brincadeira o procesnessa brincadeira o processo está a completar um tempo (..). Meu compromisso, eu já reafirmei, é que todos os processos sejam julgados. Este [IPTU] vai ser julgado, se alguém pedir vistas, tem prazo regimental para devolver o processo. Talvez algum colega meu fique zangum colega meu fique zangum syamos julgar"

gado, mas vamos julgar", mandou recado. Em 2014, os partidos PSL, PT, PC do B, além da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia (OAB-BA) entraram com uma Ação Direta de In-constitucionalidade contra o aumento do IPTU, promo-

vido na gestão do prefeito ACM Neto (DEM). Desde então, o processo passa por diversos adiamen-tos, sem chegar a uma de-cisão definitiva. "É um processo complexo. (...), sou tributarista e sei que é um processo complexo. Colegas falam muitas vezes, de jurisprudência para todo lado, entendimento para to-do lado, tem que pensar nisdo lado, tem que pensar nis-so. Vou exigir comprometiso. Vou exigir comprometi-mento do nosso regimento interno. A lei é para mim e para todos. Eu vou tentar jul-gar esse processo o mais rá-pido possível", reforçou.

Recebimento de auxílio-moradia não constrange a magistrado

O presidente do TJ-BA, desembargador Gesivaldo Britto, disse que não vé constrangimento no recebimento do auxílio-moradia por magistrados, visto que é lei eque representantes do Executivo e Legislativo também recebem. O valor do auxílio-moradia é de R\$ 4,3 mil. No caso do Executivo e o dobro, assínalou.

bro, assinalou. "O auxílio-moradia é uma "O auxílio-moradia é uma lei que procurou compensar para os magistrados o que os deputados federais já têm e que o próprio Executivo já tem (...). O do Executivo, por sinal, é o dobro do que ganha um magistrado. Os deputados, mais ou menos similar o auxílio-moradia. Evidente que, ao invés de auxílio-moradia, eles deviam ter dado aumento salarial aos magistrados, porque nós estamos trados, porque nós estamos sem aumento há mais de 10

anos", disse Gesivaldo. E completou: "Eu gostaria de receber não auxilio mo-radia, mas adicional de temradia, mas adicional de tem-po de serviço, que nos foi ti-rado, simplesmente corta-ram dos magistrados. Não podemos fazer greve, temos que aceitar de bom grado essa situação. Mas porque é lei [o auxílio], todos recebem. Não vejo por que me sentir cons-trangido em receber".

O polêmico auxílio-mora-dia voltou à tona após juízes, como Sérgio Moro e Marcelo Bretas, defenderem a manutenção do benefício

Presidente promete concurso para juiz sem precisar período

Ao ser perguntado sobre o déficit de magistrados no 1º Grau, considerado pelo Conselho Nacional de Justiça como a instância onde está o presidente Gesivaldo Britto prometeu que abrirá concurso para juizes, mas não precisou a data. cisou a data.

Antecipou, contudo, que a ideia é planejar o concurso ainda neste exercício, e que annta neste exercicio, e que a previsão orçamentária pa-ra 2019 deve contemplar o certame e o custo de folha de pessoal com maior número de magistrados.

Uma fonte do Tribunal de Justiça disse em anonimato para A TARDE, porém, que o presidente pretende lançar o edital para concurso de juizes logo após as eleições gerais deste ano. A prova e o chamamento dos aprovados, de fato, estariam previstas para 2010

vistas para 2019. O desembargador não precisou o número das su-postas vagas que devem ser

postas vagas que devem ser abertas ou o impacto orça-mentário do concurso. Gesivaldo, contudo, disse que, na Bahia, se "catam" juí-zes "como se fossem pepitas

de ouro", para dar conta de prestar os serviços à popu-lação em todo o estado. O presidente do Judiciário dis-se que hoje há 150 comarcas

se que hoje há 150 comarcas vagas.
A seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA), estima déficit de 230 juízes no estado, e foi este o motivo pelo qual, ano passado, buscou evitar o fechamento de 33 comarcas no interior. O salário fiorido da munitur da veceno de comarcas no interior. O salário fiorido da munitur da veceno de comarcas no interior. O salário fundado a munitur da veceno de comarcas no interior. líquido de um juiz de 1º Grau varia, a depender da comarca, entre R\$ 18 mil e R\$ 24 mil. A abertura de concurso pa-ra juízes é um dos pleitos da



Presidente da Amab, Elbia Araújo diz que concurso é pleito antigo da entidade

Associação dos Magistrados Associação dos Magistrados da Bahía (Amab), diz a presidente da entidade, juíza Elbia Araujo. Ela lembra, ainda, da falta de estrutura das comarcas: "Venho sentindo que há uma grande intenção do presidente Gesivaldo de dar foco especial nisso. Elesabe as agruras que o Primeiro Grau passa, sobretudo no interior, falta de estrutura".

passa, sobretuuc ... falta de estrutura". A Amab iniciará uma série de visitas às comarcas, le-vantando situações específicas do interior

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECE
PP SRP 14/18. Objeto: aquisições de equipamentos de informática. Menor Preço por Lote. Día 07/03/18 às 9t
//// PP SRP 15/18. Objeto: aquisições de concreto usinado. Menor Preço Global. Dia 08/03/18 às 9t. Maiores in
de 8 as 12t. Juggino. A Machado Premosiro

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N ADM 04/2017

TIRRIO DE TERMO ADITINO IN 1/2018, MUMERO DO CONTRATO 09-42017, N. CODINÉ-VATAÇOSIS, CONTRAIATIE ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERIONADE E A INFÁNCI UBAÍRA (APMIU), CAPL: 14.284 483/0001-09, CONTRATADO: LEPEDOTO RIOS COM UBAÍRA INDOS E INALTIES DOBETO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA FORRECIMENTO I UBAÍRATIOS E MATERIAL FERMAMENTE PARA A UDIDADE ESPECIALIZADA EM SAUDE O SOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERIANDE E A INFÁNCIA DE UBAÍRA PROPOSTA DE COM IO (26447/2015) CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NA PROPOSTA DE PRO-TER INTEGRAÇÃO ESTE CONTRATO. MEDICA 2400/2017, VALOR RS 50.368,00 DATÁ E TRE INTEGRAÇÃO ESTE CONTRATO. MEDICA 2400/2017, VALOR RS 50.368,00 DATÁ E

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 006/2018

L. AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2018 aju- BA realizará licitação em 05/03/2018, às 9:00h, em sua

n das 08 às12h. Edital na PMCA - BA, na sala da COPEL, das 08 às 12 h. Castro Alves - BA, 20/02/ 21

o seguinte calendario: AZO PARA REGISTRO DAS CHAPAS SERÁ DE 15 (DIAS), CONTADOS DA DATA DE PUBL De 23 de Fevereiro de 2018 à 10 de Março de 2018, nos dias úteis, no horário das 09

Apresentar irregularidade na documentação e condições relativos ao registro da Ćhaja. Intelegibilidade nos termos previstos no Estatuto da entidade. No caso de IMPUGNAÇÃO DE CHAPA, a Comissão Elettoral oferecerá 05 (cinco) días útei: